

DIÁRIO POPULAR E CORREIO PAULISTANO: ESPAÇO DE ATUAÇÃO DO GRÊMIO DE PROFESSORES

Lidiany Cristina de Oliveira¹

RESUMO: A “grande reforma”, termo utilizado no final do século XIX para se referir à primeira reforma da instrução pública paulista, tem sido abordada pela historiografia da educação como um projeto homogêneo, resultante de um consenso entre uma elite intelectual e o Estado. Promulgada em 1892, teve como finalidade ampliar o acesso à escolarização formal, frente às demandas pelo maior uso social da leitura e da escrita. Como fruto de discussões que ocorriam desde a última quadra do Império, o Grêmio de professores da Escola Normal passou a reivindicar uma ampla reforma do ensino, obtendo espaço nos jornais Diário Popular e Correio Paulistano, entre 1890 e 1891. Este artigo tem como objetivo uma análise desses jornais, evidenciando que a reforma do ensino envolveu conflitos e disputas entre vários atores sociais, num momento em que se considerava a educação como elemento fundamental para a consolidação do República recém-proclamada.

Palavras-chave: História da educação. Reforma do ensino. Instrução pública. Grêmio de professores. Século XIX.

DIÁRIO POPULAR AND CORREIO PAULISTANO: ACTUATION SPACE OF TEACHER'S ASSOCIATION

ABSTRACT: The "great reform", a term used in the late nineteenth century to refer to the first reform of public education in São Paulo, has been approached by the historiography of education as a homogeneous project, resulting from a consensus between an intellectual elite and the State. Promulgated in 1892, the "great reform" had as goal to expand access to formal schooling, facing the demands for

¹ Doutora em História da Educação, Docente da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)- Unidade Poços de Caldas, Minas Gerais/Brasil – MG. E-mail: lidiany.oliveira@uemg.br

greater social use of reading and writing. Because of discussions that had taken place since the last block of the Empire, the Grêmio of professors of the Normal School began to demand a broad education reform, obtaining space in the newspapers Diário Popular and Correio Paulistano between 1890 and 1891. This article has as goal an analyze these newspapers, showing that the reform of education involved conflicts and disputes between various social actors, in a time when education was considered as a fundamental element for the consolidation of the newly proclaimed Republic.

Keywords: History of education. Education reform. Public education. Teachers' association. 19th century.

DIARIO POPULAR Y CORREO PAULISTANO: ESPACIO DE ACTUACIÓN DO GRÊMIO DE PROFESORES

RESUMEN: La "gran reforma", término utilizado a finales del siglo XIX para referirse a la primera reforma de la instrucción pública paulista, ha sido abordada por la historiografía de la educación como un proyecto homogéneo, resultante de un consenso entre una élite intelectual y el Estado. Promulgada en 1892, tuvo como finalidad ampliar el acceso a la escolarización formal, frente a las demandas por el mayor uso social de la lectura y de la escrita. Como fruto de discusiones que ocurrían desde la última cuadra del Imperio, el Gremio de profesores de la Escuela Normal pasó a reivindicar una amplia reforma de la enseñanza, obteniendo espacio en los diarios Diario Popular y Correio Paulistano, entre 1890 y 1891. Este artículo tiene como objetivo un análisis de esos periódicos, evidenciando que la reforma de la enseñanza involucró conflictos y disputas entre varios actores sociales, en un momento en que se consideraba la educación como elemento fundamental para la consolidación de la República recién proclamada.

Palabras clave: Historia de la educación. Reforma de la enseñanza. Instrucción pública. Gremio de profesores. Siglo XIX.

Introdução

Muitas das reformas foram restritas, pontuais, sem plano global, sem visão de conjunto, de recursos para a sua execução e sofrendo de falta de realismo. No geral, careciam de uma filosofia e de uma tradição pedagógica que as inspirassem e embasassem. Debates sobre educação nas primeiras décadas republicanas não eram prática usual. A consciência pedagógica estava limitada a um pequeno grupo de idealistas, de liberais-democratas, o que de resto ocorria em países de origem colonial (MARCÍLIO, 2005, p. 129).

Pode-se afirmar que a primeira reforma da instrução pública paulista denominada, à

época de “a grande reforma”, foi abordada pela historiografia da educação como um projeto homogêneo, resultado do consenso entre uma elite intelectual e o Estado. Promulgada em 1892, pela Lei nº. 88 de 8 de setembro, a reforma tinha como finalidade ampliar o acesso à escolarização formal, num momento em que havia uma demanda pelo maior uso social da leitura e da escrita, dado o crescimento do mercado interno do país e a necessidade de se consolidar os símbolos de uma República recém-proclamada. Acrescido a esse fator, o sufrágio universal, adotado com a Constituição republicana de 14 de fevereiro de 1891 (BRASIL, 1891), estabelecia a alfabetização como condição para o exercício do voto, o que concorreu para ampliar o papel marcadamente destinado à escola². O modelo de escolas graduadas, o ensino simultâneo e método intuitivo se constituíram como importantes inovações naquele momento histórico³.

Concentrados nos debates que ocorreram em 1892, especialmente no Senado paulista e com a atenção voltada aos artigos publicados pelo professor normalista Gabriel Prestes no jornal O Estado de São Paulo - no qual expôs suas principais ideias para a reforma do ensino - a historiografia da educação defende a ideia de que a reforma se constituiu em um projeto distante da realidade da época, como elemento externo às relações sociais e desvinculado da prática política⁴. No entanto, ao se retroceder num tempo de curta duração, essas concepções devem ser problematizadas.

Uma análise centrada em 1891 é capaz de constatar uma riqueza de debates, especialmente na imprensa paulista. Os jornais, que desde o fim do Império passaram a veicular toda discussão referente a uma ampla reforma da instrução pública em São Paulo, acabaram se tornando um espaço importante para a atuação dos professores públicos. Como

² Este texto resulta da Tese de Doutorado intitulada “A reforma da instrução pública paulista de 1892: conflitos e disputas”. Ver: Oliveira (2014).

³ A respeito do método intuitivo e simultâneo, ver: Alves (2005), Valdemarim (2006).

⁴ A respeito da historiografia a relativa à reforma paulista, ver: Reis Filho (1974), Degani (1973), Antunha (1967), Nascimento (1980), Souza (1998), Marcílio (2005), Tavares (2004), Silva (1999), Paulo (2008) e Silva e Mate (2009), entre outros.

fonte documental, oferecem um intenso panorama das discussões travadas naquele momento. As notas e artigos apresentam visões de mundo e de educação do professorado, diferentes projetos para a reforma, além de oferecer indícios a respeito das disputas que foram travadas com outros grupos e sujeitos sociais sobre temas cruciais para a época, como a obrigatoriedade do ensino primário, o currículo a ser adotado, a organização burocrática, a representatividade política, entre outros.

Correio Paulistano e Diário Popular

De acordo com Sodré (1999), o advento da República levou a uma ampliação de jornais novos, muitos de vida efêmera, ao lado da existência de jornais que apareceram já ao final do Império e que sobreviviam da subvenção de partidos políticos, de combate ou de oposição ao regime monárquico, lutando por reformas. O Correio Paulistano foi o primeiro jornal vespertino da província paulista, tendo surgido nos anos de 1884 (BOEHRER, 1954, p. 106). Pode-se dizer que seguia uma política republicana, abolicionista e separatista. Um importante colaborador foi Aristides Lobo, que publicava uma coluna intitulada *Cartas do Rio*⁵. Fundado pelo Partido Republicano Paulista, tornou-se o seu órgão oficial no Império. Foi comprado por Leôncio de Carvalho em julho de 1874, adotando uma linha reformista. Já em 1887, defendia os conservadores. No ano de 1889, passou a exercer oposição aos liberais. O gerente à época era José Maria Lisboa. Nota-se, ao ler suas páginas, que o jornal partilhava, em grande medida, dos princípios defendidos pelos republicanos paulistas históricos aglutinados em torno do Partido Republicano Paulista (PRP)⁶.

José Maria Lisboa abandonou a gerência do Correio Paulistano para fundar, juntamente com Américo de Campos, o Diário Popular. Esse jornal passou a se alinhar ao

⁵ Aristides Lobo foi Ministro do Interior no período do Governo Provisório federal e solicitou a sua destituição no cargo antes mesmo da demissão coletiva do ministério que ocorrera em 21 de janeiro de 1891.

⁶ Já ao final do Império, houve uma cisão no interior do Partido Republicano Paulista, dividindo-o em republicanos paulistas históricos e dissidentes.

pensamento de um grupo de dissidentes do PRP que passou a disputar o poder no estado. Segundo Cruz (2013), mergulhada nas transformações sociais do período, a cidade paulista estava agitada por novas formas de viver, de pensar e por projetos sociais, além de questionada pela emergência das linguagens de modernização e de projetos de contestação à sociedade burguesa. Para a autora, aquela cidade letrada, antes moldada nas tradições elitistas da Colônia, assumia novas formas. Assim, ao lado dos jornais diários de maior importância surgiram inúmeros periódicos, alguns de curta duração, outros sobrevivendo por um tempo maior.

Ao lado da afirmação dos jornais diários, que começam a aparecer a partir de meados do século – Correio Paulistano (1854), Diário de São Paulo (1865), A Província de São Paulo (1875), O Diário Popular (1884), A Platéia (1888) – de forma ainda embrionária, aparece uma grande e diversificada quantidade de periódicos. A imprensa diversifica-se, chegando ao público através de um grande número de publicações das mais variadas modalidades. A imprensa diária vivencia um momento importante de seu processo de afirmação. Tendo como exemplo mais bem-sucedido O Estado de São Paulo, que de 4 mil exemplares em 1888 passa a uma tiragem diária de 35 mil exemplares por volta de 1913, os jornais diários, através da expansão de suas tiragens, acompanham o salto populacional da cidade (CRUZ, 2013, p. 53).

As redações e os grupos de leitores ampliavam-se, passando a congregar, além da elite masculina dos políticos, doutores, literatos e outros grupos sociais, como imigrantes, mulheres cultas da elite, camadas intermediárias, professores, escrivães, além de alguns trabalhadores do mundo urbano (CRUZ, 2013).

O Professorado Público Paulista e sua Participação na Imprensa

Pouquíssimo referendada na História da educação, a atuação do professorado público paulista foi marcante na transição do Império para a República. Logo após a proclamação, os professores se organizaram formando comissões para saudar o novo governo e para solicitar com urgência uma reforma da instrução pública no estado. O professor normalista Carlos de Escobar, um dos membros da comissão escolhida pelo professorado para representá-lo diante a Junta Governativa, ao lado dos professores Arthur Breves, Pompeu Tomasini e Boa Nova

dirigiu-se ao palácio do governo logo no dia 18 de novembro, conforme noticiou o Correio Paulistano⁷.

O Grêmio do Professorado [se] apresentou ao Governo Provisório da República, e pelo seu delegado, sr. Carlos Escobar, jurou em nome da Família da Pátria e da humanidade cumprir entusiasticamente o seu dever, estudando, ensinando e consolidando assim a República Federativa Brasileira. O sr. Prudente de Moraes saudou a mocidade brasileira representada pelos professores públicos (CORREIO PAULISTANO, 1889, p. 2).

Poucos dias após, outra comissão formada estritamente de professoras teve atitude semelhante e, num discurso proferido ao Governo Provisório, as normalistas Guilhermina Weltermer, Galdina Amália Lopes, Olímpia Amélia da Silva e P. Pettit ressaltaram a importância de que fossem construídos edifícios apropriados e em número suficiente para as escolas primárias e que se instituísse a equiparação de direitos e deveres entre os professores das diferentes categorias. Mais além, o papel social da mulher no novo regime político era reclamado pelas professoras.

Deixemos a vós os grandes empreendimentos: da vossa sabedoria depende achar os meios para arrancar a mulher brasileira ao acanhado molde em que até hoje está vazada a existência dela. Quiçá não haverá empreendimento mais urgente senão este, que deve mudar a posição social da cidadã, aumentando seu bem-estar material e moral [...]. Ansiosas de caminhar por novos trilhos e guiadas por vossos acenos, vos saudamos em fraternal abraço e damos um viva à República (DIÁRIO POPULAR, 1889b, p. 2).

Embora o grande debate sobre a reforma do ensino se concentrasse em 1891, já nos

⁷ A Junta Governativa no Governo Provisório de São Paulo foi formada em 16 de novembro de 1889 por Rangel Pestana, o Coronel Joaquim de Souza Mursa e Prudente de Moraes Barros.

meses finais de 1889 muitos jornais haviam publicado artigos de vários professores⁸. Os textos ora estão voltados à questão da obrigatoriedade do ensino primário, ora expressam críticas à postura do governo quanto às condições de trabalho do professor, além de apresentarem diferentes propostas para o currículo que deveria ser adotado. A necessidade de tornar o ensino obrigatório dividiu a classe. Alguns positivistas chamados ortodoxos, seguidores do Apostolado Positivista, a exemplo do professor José Feliciano, eram veementemente contrários à obrigatoriedade no ensino primário, ao passo que a maioria do professorado se manifestava a favor.

Arthur Breves, eleito deputado à Assembleia Constituinte e representando o interesse dos professores, teve um papel preponderante em toda a discussão sobre a reforma. Às vésperas da proclamação da República, havia exposto a necessidade de se tornar o ensino obrigatório em carta constitucional, bem como defendera o fim do ensino religioso nas escolas da Província.

O ensino obrigatório é o único meio de tirar o professor dessa dependência em que está para com os alunos, dependência que o avilta, que o induz a um adulator [...]. Cada chefe de família deve compreender que a sua indiferença para com a instrução popular está cavando a ruína de seus filhos [...]. A secularização do ensino é uma das reformas mais urgentes, que já não está em prática certamente por causa desta mania de nossos legisladores, de adiar as questões (DIÁRIO POPULAR, 1889a, p. 3).

Para Breves, a instrução pública não podia estar separada da política, pois era o caminho para melhorar o “caráter nacional” do país, uma vez que sua disseminação entre a população garantiria a independência do voto. Seu pensamento remetia às ideias defendidas

⁸ Diário Popular, 9 de agosto de 1890 (Aumento de ordenado, por Carlos de Escobar); Diário..., 13 de agosto de 1890 (O operário, por Arthur Breves), Diário..., 11 de outubro de 1890 (A grande questão, por Carlos de Escobar), Diário Popular, 10 de dezembro de 1890 (A instrução pública: minha escola, por José Feliciano), Diário..., 14 de janeiro de 1891 (A reforma da Instrução Pública, por Arthur Breves), Correio Paulistano, 15 de fevereiro de 1891 (Reforma da instrução pública, por Côrte Brilho), A Província de São Paulo, 1 de fevereiro de 1889 (Por amor à instrução, por Rangel Pestana). A listagem é extensa, somente para citar alguns.

pelos propagandistas da República, como Silva Jardim e Lopes Trovão, que viam no novo regime o ingresso do povo na política (CARONE, 1978, p. 11).

Quando Jorge Tibiriçá foi nomeado pelo Marechal Deodoro da Fonseca para o governo de São Paulo, parte do professorado estava reunido na capital por ocasião das férias escolares. Os jornais noticiaram que houve algumas reuniões nas quais se planejou enviar ao governador uma proposta para a reforma do ensino. A estratégia de ação consistia em fazer com que a reforma fosse instituída por meio de decreto. Como isso não ocorreu, os professores procuraram atuar na esfera do Legislativo.

Supõe-se que o dr. Governador não decretará a reforma. É possível que isso se dê. O Parlamento do Estado terá então de fazê-la e sujeitá-la à sanção do poder competente [...]. Mas dado que assim tenha de ser, os professores deverão ficar de braços cruzados esperando uma reforma feita pelo parlamento exclusivamente, sem a intenção ao menos indireta daqueles a quem não se pode negar a competência para este mister? Se tivermos a felicidade de ver no Parlamento um representante da nossa classe, esse será o nosso órgão, que transmitirá com fidelidade ao poder legislativo os nossos interesses e necessidades para reformar a instrução primária. [...] Precisamos da ideia de todos, calma e prudentemente refletidas porque não podemos deixar de colaborar nessa grande obra, da qual somos duplamente responsáveis (CORREIO PAULISTANO, 1891, p. 2).

Desse modo, Arthur Breves e Gabriel Prestes foram eleitos pelos professores como candidatos à Assembleia Constituinte.

Segundo Carvalho (2006, p. 12), “embora proclamado sem a iniciativa popular, o novo regime despertaria entre os excluídos do sistema anterior certo entusiasmo quanto às novas possibilidades de participação.” Pode-se dizer que as expectativas de uma maior participação política também se fizeram sentir entre o professorado. Os jornais expressavam em variadas notas e artigos a visão corrente de professores e professoras, fossem da capital ou do interior, a despeito de suas distintas concepções de educação: de um Império que relegou a instrução popular a segundo plano e a de um regime sem realizações no campo da educação, visto como retrógrado, corrupto, opressor e que representava o velho, o atraso em contraste com uma República democrática, patriótica, que por meio da instrução pública levaria o povo a se autogovernar.

Imitamos os países mais adiantados e ao eco do brado: Viva a República – corramos pressurosos a anular a reforma atual, opressiva, corrupta, legada pelo regime metafísico [...]. Cardoso Franco (DIÁRIO POPULAR, 1890, p. 3).

Das ruínas da extinta monarquia brasileira, ergue-se uma nova forma de governo conforme os destinos da humanidade – a democrática. Luiz Cardoso. (DIÁRIO POPULAR, 1890, p. 3).

Desconsiderando muitas experiências herdadas do Império no campo da educação, a imprensa republicana do período votava fortes críticas à Monarquia.

Não existe, portanto, nos nossos homens a indiferença do tempo do Império. Confiamos no patriotismo de Jorge Tibiriçá para não deixarmos de acreditar que o ilustre governador do estado, espírito culto e profundamente observador, cidadão que conhece de perto os países intelectualmente mais adiantados da Europa, dote o Estado de São Paulo com uma reforma do ensino que será suficiente para fazer a glória da sua administração. Tancredo do Amaral (DIÁRIO POPULAR, 1891b, p. 3).

A explicação para as percepções negativas sobre o Império por parte de muitos contemporâneos da época, atribuindo-lhe o sinônimo de atraso pode ser compreendida como resultado da forte atuação da propaganda republicana, não somente em seu sentido estrito em comícios, mas na disseminação de ideias que a partir dos anos 1870 passaram a vigorar no Brasil e que carregavam consigo uma profunda mudança com tendência a dar certo conteúdo histórico à noção de progresso (MELLO, 2009). As teorias científicas desse período, como o darwinismo social, o positivismo, a multiplicação de jornais independentes, uma intensa produção teórica em livros, na literatura, os desfiles carnavalescos, panfletos, bem como as propagandas republicanas, além da luta pela secularização do Estado acabaram por associar a ideia de república à de democracia, levando a uma forte aceitação desta ideia.

De acordo com Mello (2009), ao menos no meio urbano, muitos tinham orgulho de sua época, do século das luzes e das verdades pautadas pelo conhecimento científico. Esses aspectos podem contribuir para se compreender em parte a visão dos professores expressa nos jornais. Associado a esses fatores, as precárias condições de trabalho dos professores também refletiam em suas percepções negativas do Império. É possível observar nos inúmeros relatórios enviados à Secretaria do Interior, de 1889 a 1896, as referências dos professores as suas próprias condições de trabalho: as dificuldades e obstáculos em longos

anos de exercício anteriores, tanto para alugar uma casa ou cômodo onde pudessem ministrar suas aulas, quanto ao reduzido valor de seus vencimentos. Alguns chegavam a ser relatos dramáticos. Dentre os inúmeros relatos, tem-se, como exemplo, um excerto do relatório do professor José Feliciano de Oliveira, da escola dos Campos Elíseos, ao Diretor Geral da Instrução Pública, Arthur César Guimarães, no ano 1891. Ao ter que reduzir sucessivamente, ao longo dos anos, o número de vagas oferecidas aos alunos de sua escola (como eram chamadas as classes na época), afirmava:

Com este arbítrio, cidadão diretor, ficara [sic] o professor [...] num terrível dilema: - ou gastar todo o seu ordenado para arranjar uma casa, ou perder a cadeira que tanto suores lhe custou, só porque governo e os habitantes do distrito lhe não querem dar sala de escola! Isto fora justo? (RELATÓRIO, 1891, sem paginação).

O clima político trazido com a proclamação da República, levava o professorado paulista, naquele ano de 1889, a defender que a instrução popular fosse disseminada para todas as classes e conclamavam outros professores a se posicionarem e a elaborarem artigos expondo suas visões e críticas exigindo melhorias em suas condições de trabalho.

Cumpre, pois, que os professores saiam desta indiferença em questão e cuidem da defesa de uma causa que é de todos: dos pais, dos professores, dos partidos [...]. Sem assinatura (DIÁRIO POPULAR, 1890, p. 2).

Em suma, somos da opinião que o professorado, dentro dos limites, deve clamar em massa pelo alevantamento da classe, mas que também deve mostrar ao público que trabalha com afinco pela instrução do povo. Tancredo do Amaral (DIÁRIO POPULAR, 1890a, p. 2).

Alguns artigos, mais assertivos, retomavam o tema dos baixos salários e exigiam do governo republicano o que fora prometido nos tempos de propaganda:

As posições são reservadas para os afilhados e marombistas. Não admira, pois que o professor público continue a ser um necessitado [...]. Mas o professor público não pode morar em cortiço, calçar tamancos, vestir algodão e comer só feijoadá. O homem que estuda não pode ser indiferente aos encantos da civilização. Carlos de Escobar (DIÁRIO POPULAR, 1890b, p. 2).

Ao Dr. Américo Brasiliense: D. D. Governador do Estado

Continuamos hoje a nossa reclamação em prol do professorado cujos

minguados vencimentos v. exa. não se dignou ainda a aumentar, muito embora já tivesse elevado o das diversas repartições do Estado. Não vos importa estar funcionando o Congresso, porque este nada fará nesse sentido este ano e, com certeza aprovará o vosso ato porque além de justíssimo, é o pagamento de uma dívida contraída no dia em que beneficiastes as outras classes de funcionários. Muitos professores (DIÁRIO POPULAR, 1891c, p. 2).

Os professores chegaram a sugerir um decreto no qual o artigo 1º elevava em 50% seus vencimentos, além de determinar que o Estado fornecesse edifícios apropriados para as escolas públicas⁹. A demanda foi em parte aceita, pois Américo Brasiliense expediu um decreto aumentando o salário do professorado no mês de junho de 1891. Em setembro daquele ano, os professores passaram a acompanhar *pari passu* o debate travado na Câmara dos deputados sobre o projeto que reformava a instrução pública, conforme noticiou o Diário Popular de 11 de junho de 1891.

Desde que a reforma da Escola Normal da Capital foi confiada ao médico e educador Caetano de Campos, os professores já vinham se afirmando enquanto categoria profissional. Num momento em que a escolarização das massas passava a ser valorizada socialmente, adquiriram certo prestígio, se sentindo tão responsáveis pela educação quanto o Governo. Organizados em torno do Grêmio da Escola Normal, passaram a compreender seu ofício como uma “missão”. Embora não se saiba precisar quantos membros compunham a agremiação nesse período, não seria incorreto sugerir que pudessem ser representativos dos anseios da maior parte dos professores. Vários relatórios de inspetores, professores e diretores enviados ao Diretor Geral da Instrução Pública, no período, atestam certa afinidade entre as concepções dos professores da Capital e as dos professores de diversos municípios do interior do estado,

⁹ Diário Popular, 7 de junho de 1891.

especialmente àquelas voltadas a uma melhor organização de seu trabalho, salários, entre outras¹⁰.

No entanto, algumas divergências internas se fizeram sentir quando, logo no início de 1891, em 5 de janeiro, o Grêmio encaminhou um documento denominado *Plano de Ensino* a Jorge Tibiriçá. O texto, constando de dezenove páginas, foi enviado à futura comissão de Instrução Pública¹¹. O *Plano de Ensino* gerou polêmica na imprensa, desencadeando a publicação de diversos artigos, muitos, extensos, representando o posicionamento de vários professores e que acabaram, ao final, por dividir o espaço com as disputas no interior do PRP em relação às candidaturas para a composição da Assembleia Constituinte e com todo o debate travado em torno da nomeação de Américo Brasiliense para o governo de São Paulo.

Logo após a publicação do documento no Diário Popular, o professor José Feliciano, por exemplo, apresentou um plano de ensino paralelo ao do Grêmio, completamente diferente das propostas contidas naquele. Lançando uma série de artigos intitulados *Instrução pública – a obrigatoriedade do ensino*, defendia que era urgente e necessária uma reforma da instrução pública, dadas as péssimas condições, em que se encontrava; no entanto, a obrigatoriedade se constituiria em um perigo que ameaçava a liberdade espiritual e o governo não deveria jamais intervir naquele domínio¹². Em sua visão, os limites de ação do governo

¹⁰ Segundo as informações encontradas em Oliveira (1932, p. 40), as primeiras tentativas de organizar um grêmio de professores ocorreram em 1889, a partir da iniciativa de Gabriel Prestes e de Carlos de Escobar. A respeito da confluência de interesses mais gerais entre os professores, ver, por exemplo: Relatórios de 1890-1896. Ordem 4931.

¹¹ Correio Paulistano, 9 de janeiro de 1891 e Diário Popular, 8 de janeiro de 1891, respectivamente. O Correio indicou que o Plano de Ensino do Grêmio já tinha sido publicado anteriormente e que reproduzia a notícia. Não foi encontrada a nota anterior. Esse documento foi publicado na íntegra pela autora. Ver: Godoi (2013, p. 345-356).

¹² Diário Popular, 12 de dezembro de 1890, Diário..., 8 de janeiro de 1891.

estavam circunscritos ao domínio temporal e, para melhor desenvolver esse ofício, deveria deixar a reorganização das opiniões e dos costumes à livre concorrência das doutrinas capazes de realizá-las. Para que o Estado ou Governo obrigasse os cidadãos a se instruírem segundo certo sistema ou doutrina, era antes necessário provar que tal sistema ou doutrina fossem os únicos capazes de produzir bons cidadãos. Caberia, outrossim, ao pai ou mãe de família fornecer ao seu filho a instrução que melhor lhe aprouvesse. Feliciano rebatia fortemente um dos argumentos defendidos pelos partidários da obrigatoriedade: o de que, uma vez que a ignorância era a fonte causadora de todos os vícios e crimes, o ensino obrigatório contribuiria para reduzi-los, pois tornava o indivíduo esclarecido e mais consciente de suas ações.¹³ “Consultem-se as estatísticas e veja-se em geral os maiores perversos são gente lida e às vezes perleúda em várias letras”, dizia o normalista¹⁴.

Os jornais evidenciam que a maior parte dos professores apoiava as ideias do Grêmio, mas acreditavam que o Plano continha ambiguidades e algumas contradições que necessitavam ser reparadas¹⁵. O professor Tancredo do Amaral oferece um breve relato dos debates daquele momento.

Trata-se de reformar o ensino público no estado de São Paulo [...]. Diversos

¹³ A exemplo, um excerto do artigo do professor Alfredo Amaral, publicado no Diário Popular em 14 de fevereiro de 1891. Para uma parte do professorado reformar o ensino e torná-lo obrigatório consistiria em estabelecer as bases de um edifício intelectual do povo ao reformar os seus costumes: “Que se devolva a instrução em larga escala e talvez não seja utopia a eliminação dos cárceres e dos códigos, porque os crimes são filhos da ociosidade e da ignorância”.

¹⁴ Diário Popular, 11 de fevereiro de 1891, p. 2.

¹⁵ Diário Popular, 23 de janeiro de 1891 (A reforma da instrução pública, por Pelópidas Ramos), Diário..., 2 de janeiro de 1891 (Reforma da instrução pública, por Joaquim da Silveira), Diário..., 12 de janeiro de 1891 (Instrução pública, por Tancredo do Amaral), Diário..., 3 de fevereiro de 1891 (Instrução pública, por Ramon Roca), Diário..., 6 de fevereiro de 1891 (A reforma da instrução pública, por Arthur Rágio Nóbrega), Diário..., 12 de janeiro de 1891 (Instrução pública, por Tancredo do Amaral), Diário..., 23 de fevereiro de 1891, (Instrução pública, por Arthur Breves), Diário..., 2 de outubro de 1891 (Instrução pública, por Faustino Ribeiro Júnior).

artigos têm aparecido na imprensa da capital e de localidades do interior, acoroçando tal ideia e aplaudindo os bons intuítos do governo nesse sentido. Alguns colegas têm se limitado a agitar a questão, a mostrar a necessidade de transformação nesse ramo do serviço público tão importante, apresentando algumas ideias aproveitáveis aconselhadas pela experiência do magistério e pelos modernos preceitos do ensino. Outros, têm ido além, aventando ideias filosóficas e procurando amoldar o ensino aos preceitos do sistema comtista (DIÁRIO POPULAR, 1891a, p. 2).

Defensor da obrigatoriedade escolar do ensino no nível primário, Amaral referia-se ao posicionamento de José Feliciano, que a seu ver “perniciosamente influenciado pela ortodoxia das doutrinas de Comte, procurou bater o ensino obrigatório, uma das condições das bases do projeto apresentado pelos professores que constituíram a comissão nomeada pelo dr. Jorge Tibiriçá¹⁶”.

Pode-se dizer que os pontos de conflito entre o professorado se concentraram principalmente na questão da obrigatoriedade, na municipalização do ensino, em sua fiscalização - se seria feita por professores indicados pelo governo estritamente ou se contaria com a atuação das câmaras municipais, no valor dos vencimentos e como ficariam organizadas as categorias - normalistas, professores não diplomados, na organização das escolas e no conteúdo de ensino, na liberdade de exposição e de método e na questão dos edifícios escolares, entre outros temas. O projeto para a reforma do ensino, chamado de Projeto nº 41, foi elaborado a partir do Plano de Ensino do Grêmio, sofrendo algumas alterações, de acordo com as notas e sugestões dos professores publicadas nos jornais. Apresentado para debate na Câmara de Deputados no mês de setembro, por Arthur Breves, teve sua discussão adiada por várias vezes naquele ano. No cenário nacional, havia a tentativa de se encontrar uma solução

¹⁶ Diário Popular, 11 de fevereiro de 1891, p. 3.

para a questão do encilhamento. O Congresso Federal foi fechado após o golpe de Estado do Marechal Deodoro, seguido de sua deposição, e, conseqüentemente, da renúncia Américo Brasiliense da presidência do Estado de São Paulo¹⁷.

Breves chegou a pedir ao presidente da Câmara, Miranda de Azevedo, a urgência para aprovação do projeto e se esta poderia ocorrer ainda naquele ano de 1891. A solicitação do deputado não foi atendida, pois os acontecimentos seguintes viriam a dividir a Câmara entre parlamentares contrários a uma moção de apoio ao golpe de Estado do Marechal Deodoro da Fonseca e uma maioria a favor. O ano e o debate se encerraram sem a aprovação da reforma da instrução pública e, somente em 22 de agosto de 1892, um substitutivo foi apresentado por Gabriel Prestes à Câmara para discussão, agora vindo do Senado, distanciando-se, sobremaneira, de todos os debates ocorridos no ano anterior.

Considerações

Como se pôde observar, os jornais Diário Popular e Correio Paulistano fornecem elementos importantes para se pensar em novas interpretações sobre a reforma da instrução pública paulista de 1892, se contrapondo à ideia comumente defendida pela historiografia de que aquela se constituiu em um projeto distante da realidade. Há, na visão corrente, demasiado enfoque na atuação do médico e educador Caetano de Campos e na de seu sucessor, Gabriel Prestes, o que em grande medida influenciou a ideia de homogeneidade de interesses.

A análise dos jornais no ano de 1891, em contrapartida, evidenciou uma variedade de interesses e concepções, possibilitando compreender a importante atuação de vários professores praticamente desconhecidos. O professorado, integrante ou não da agremiação

¹⁷ O Marechal Deodoro da Fonseca perpetrou o Golpe de Estado em 3 de novembro de 1891, dissolvendo o Congresso Nacional. Américo Brasiliense, nomeado por ele para governador de São Paulo sofreu forte oposição no estado após a renúncia do marechal, sendo obrigado a deixar o governo nas mãos do Major Sérgio Tertulliano Castello Branco, que o transferiu ao vice-presidente, Cerqueira César.

paulista, influenciou significativamente os projetos naquele momento histórico. O breve espaço temporal entre a proclamação da República e a deposição de Deodoro da Fonseca, após o golpe de Estado, possibilitou aos professores um espaço nos jornais de forma intensa, reafirmando-os enquanto categoria profissional, ao reivindicarem segurança e outros direitos, além de assumirem a responsabilidade pelos rumos da educação. Os posicionamentos e conflitos de visões acarretaram debates complexos, principalmente sobre como o Estado deveria organizar o ensino. A sua obrigatoriedade, um tema sensível à época, tocava não somente à questão do trabalho docente - uma vez que os professores recebiam seus vencimentos de acordo com os chamados “mapas” de frequência dos alunos - mas o quanto se ampliaria a participação do indivíduo em um regime político que restringia o voto ao analfabeto.

Em contrapartida, em que medida o Estado poderia garantir escolas a todos ao torná-la obrigatória? Apontavam os positivistas. As professoras, por sua vez, lutavam pelo reconhecimento de sua profissão em uma sociedade que historicamente legava à mulher poucos espaços de atuação e protagonismo. Por fim, pode-se pensar que os professores expressaram, por meio dos jornais, a necessidade de reordenar a sociedade paulista. Ainda que com visões distintas, todas as ações deveriam ocorrer por meio da educação.

Referências

A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO. **Jornal A Província de São Paulo**. 1889. Edição diária. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

ALVES, G. L. **A produção da escola pública contemporânea**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

ANTUNHA, H. C. G. **A instrução pública de São Paulo: a reforma de 1920**. São Paulo, SP: USP, 1967. (Série Estudos e documentos; v.12).

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **PROJETO nº 41. 1891**. Câmara de Deputados do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorioAcervo/Acervo/Alesp/Documentos/C_lt002/0041_1891.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2013.

BOEHRER, G. C. **Da Monarquia à República: história do Partido Republicano do Brasil (1870-1889)**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Cultura, 1954.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35081-24-fevereiro-1891-532699-publicacaooriginal-15017-pl.html>>. Acesso em: 24 jun. 2018.

CARONE, E. **A República Velha I**. Instituições e classes sociais (1889 – 1930). 4. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1978.

CARVALHO, J. M. **Os bestializados**. O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CORREIO PAULISTANO. **Jornal Correio Paulistano**, 18 nov. 1889, p. 2. Edição diária. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

_____. **Jornal Correio Paulistano**, 15 fev. 1891, p. 2. Edição diária. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

CRUZ, H. F. **São Paulo em papel e tinta**. Periodismo e vida urbana. São Paulo, SP: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2013. E-book. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/publicacoes/memoria_ebook/ver/sao-paulo-em-papel-e-tinta---periodismo-e-vida-urbana---1890-1915>. Acesso em: 12 mar. 2014.

DEGANI, M. T. **Aspectos mais significativos da instrução no Estado de São Paulo na Primeira República**. Tese (Doutorado na FFCL) - Universidade Estadual de São Paulo, Araraquara, 1973.

DIÁRIO POPULAR. **Jornal Diário Popular**, 3 out. de 1889a, p. 3. Edição diária. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

_____. **Jornal Diário Popular**, 29 nov. 1889b, p. 2. Edição diária. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

_____. **Jornal Diário Popular**, 8 mar. 1890, p. 3. Edição diária. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

_____. **Jornal Diário Popular**, 8 mar. 1890, p. 3. Edição diária. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

_____. **Jornal Diário Popular**, 8 mar. 1890a, p. 3. Edição diária. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

_____. **Jornal Diário Popular**, 9 ago. de 1890b, p. 2. Edição diária. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

_____. **Jornal Diário Popular**, Diário Popular, 11 fev. 1891a, p. 2. Edição diária. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

_____. **Jornal Diário Popular**, Diário Popular, 14 fev. 1891b, p. 2. Edição diária. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

_____. **Jornal Diário Popular**, Diário Popular, 7 jun. 1891c, p. 2. Edição diária. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

GAZETA DE CAMPINAS. **Jornal Gazeta de Campinas**. 1869-1878. Edição diária. Acervo do

Centro de Memória da UNICAMP.

GODOI, L. C. O. O Plano de Ensino do Grêmio de professores paulistas para a primeira reforma da instrução pública (1891). **História da Educação**. Porto Alegre, v. 17, n. 4, p. 213-230, 2013. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/38092>. Acesso em: 12 jan. 2016.

MARCÍLIO, M. L. **História da escola em São Paulo e no Brasil**. São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Fernad Braudel, 2005.

MELLO, M. T. C. A modernidade republicana. In: GOMES, A. C.; ABREU, M. A nova “Velha” República: um pouco de história e historiografia. **Tempo**. Revista do Departamento de História da UFF, v. 13, n. 26, 2009. Disponível em: www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/vol.13n26a01.pdf. Acesso em: 20 mar. 2012.

NASCIMENTO, T. A. Q. R. **A administração do ensino público paulista na Primeira República**. 1980. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1980.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Jornal O Estado de São Paulo**. 1890 -1891. Edição diária. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

OLIVEIRA, L. C. **A reforma da instrução pública paulista de 1892: conflitos e disputas**. 2014. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

PAULO, M. A. R. A estrutura administrativo-burocrática da instrução pública paulista instituída em 1892/1893. **Educação e fronteiras** (UFGD), v. 2, p. 160-184, 2008.

REIS FILHO, C. **Reforma Republicana do Ensino Paulista**. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1974.

SÃO PAULO (Estado). **ANAIS** da Assembleia Constituinte do Estado de São Paulo. Acervo da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 1891.

_____. **ANAIS** da Câmara de Deputados do Estado de São Paulo. 1891. 1ª. Legislatura. Acervo da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 1891.

_____. **ANAIS** do Senado de São Paulo. Acervo da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. 1891.

_____. **ANAIS** do Senado de São Paulo. Acervo da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. 1892a.

_____. **ANAIS** do Senado de São Paulo. 1ª. sessão da 2ª. Legislatura. Acervo da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. 1892b.

SÃO PAULO (Estado). LEI nº 88, de 8 de setembro de 1892. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. Acervo da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 1892.

_____. Decreto nº 144 A, 12 de janeiro de 1893. **JORNAL Diário Oficial**, 1893. Acervo da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 1893.

_____. **Relatórios da instrução pública enviados ao Diretor Geral da Instrução Pública**.

1890-1896. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Ordem 4931, 1896.

SILVA, I. P. Educadores Paulistas: regeneração social, república e nação. In: FERREIRA, A. C.; LUCA, T. R.; IOKOI, Z. G. (Orgs.), **Encontros com a História**: percursos históricos e historiográficos de São Paulo. São Paulo: Editora UNESP, 1999. p. 125-140.

SILVA, I. P.; MATE, C. H. O discurso da reforma em dois tempos. In: XXV Simpósio Nacional de História e Ética. 2009, Fortaleza. **Anais do XXV Simpósio Nacional de História e Ética**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2009. p. 1-11.

SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, R. F. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo: (1890-1910). São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

TAVARES, F. R. **Na marcha do ensino**: a organização burocrática do ensino estadual no São Paulo Republicano (1892/1910). Contribuição histórica. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

VALDEMARIN, V. T. O método intuitivo: os sentidos como janelas e portas que se abrem para um mundo interpretado. In: SAVIANI, D. et al. (Org.), **O legado educacional do século XIX**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2006. p. 85-132. (Coleção Educação Contemporânea)

Recebido em: 19/02/2018

Aprovado em: 30/05/2018